

Qualidade no Ensino

Horácio Almendra

horacio.almendra@iqe.org.br
www.iqe.org.br



Colaboração:

Maria Helena Braga / mhelena.braga@iqe.org.br
Maria Sidalina Gouveia / sidalina.gouveia@iqe.org.br
Cristina Luiza Garbuio / cristina.garbuio@iqe.org.br
Horácio Gayoso / jose.gayoso@iqe.org.br

Começar pela desigualdade para atingir a equidade

Por: Maria Helena Braga
Supervisora Pedagógica de
Programas do IQE – Instituto
Qualidade no Ensino

Ao ler a entrevista do sociólogo suíço Philippe Perrenoud, à revista Nova Escola, com o intrigante título “Na escola, dar mais a quem tem menos”, senti-me instigada a retomar a questão em que venho insistindo há tempos: para se alcançar a equidade na escola, é preciso tomar em conta a desigualdade que caracteriza seus alunos. Não se trata de uma constatação nova. Desde os anos 1980 já se falava que a igualdade, na escola, deve centrar-se na forma de atendimento e no respeito ao cidadão que se está formando, o que jamais poderia ser confundido com a concepção de que todos os alunos partem dos mesmos patamares sociais,

culturais e cognitivos. Estar atento às condições individuais e familiares dos alunos leva-nos a observar o que é tão óbvio: todos são diferentes! Desde a biologia, temos conhecimento de que cada ser é único, com características comuns que o fazem pertencente à espécie, mas que, talvez por imensa sabedoria da natureza, constitui-se como, ao mesmo tempo, semelhante e diferente de todos os outros seres da espécie. A psicologia também vem atestando as mesmas condições. Pesquisas longitudinais têm demonstrado que, apesar do desenvolvimento cognitivo e do emocional sofrerem etapas semelhantes a todos os indivíduos, cada sujeito apreende o mundo e lida com ele como resultado

da confluência de diversos fatores: características individuais, contexto social, contexto cultural. Sendo assim, se quisermos atingir um ponto de chegada em que os alunos tenham desenvolvido o máximo de seu potencial, precisaremos ter como ponto de partida as idiosincrasias, que deixam cada ser tão único. A começar pelos conhecimentos que os alunos já têm construídos, tanto no âmbito familiar quanto no escolar. Ninguém é uma tabula rasa que inicia seu processo de conhecimento no primeiro dia de aula de cada ano letivo. Outro fator extremamente significativo para o aprendizado é o contexto familiar. Se o aluno tem a possibilidade de interagir com a escrita, por exemplo,

em sua vida cotidiana, de observar como os adultos e outras crianças mais velhas fazem uso dela e perceber em que situações discursivas ela se faz necessária, certamente sua relação com a escrita será muito mais abrangente do que a do aluno que vem de lar pouco escolarizado ou pouco alfabetizado. Isso não tem nada a ver com inteligência. Pessoas não alfabetizadas podem ser tão inteligentes como as que têm um alto grau de conhecimento sobre a cultura escrita. Acontece que, por ser a escrita um objeto de aprendizagem fundamental da instituição escola, por ser o meio de acesso ao conhecimento privilegiado por quase todas as disciplinas, é preciso que boa parte dos esforços pedagógicos sejam concentrados no alcance do

domínio dessa modalidade da língua. Ora, o que a escola tem feito, em grande parte, é esperar que todos os seus alunos tenham as mesmas condições de acesso à escrita e, ao constatar que isso não ocorre, geralmente responsabiliza pelo próprio fracasso aqueles que chegam a ela com menor experiência. No entanto, justamente os que têm menor contato com as funções da escrita, devem participar de situações em que ela ocorra com maior intensidade, na escola. Uma característica comum a todos os humanos, levantada pela Psicologia do Desenvolvimento, é que para que haja aprendizagem é necessário o enfrentamento de um desafio cognitivo que seja, ao mesmo tempo, alcançável, mas não, ainda,

alcançado. Os desafios cognitivos são diferentes para as pessoas; assim, as atividades precisam atingir essas diferenças. Hoje ouvimos muito sobre “pedagogia diferenciada”. Como todo termo novo, sofre o risco de ser mal compreendido e banalizado. É preciso evitar experiências sem qualquer sustentação científica e didática. Mas as pesquisas levam-nos a vê-la como algo necessário, já que parte da concepção de que é preciso apresentar desafios adequados a cada sujeito ou a um grupo de sujeitos, para que as condições de equidade sejam atingidas. O ponto de partida pode/deve ser diferente, mas todos os caminhos, atividades, metas de aprendizagem que levam ao ponto de chegada devem ambicionar a equidade.